

ÍNDICE

RESUMO.....	I
ABSTRACT.....	III
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	V
Índice.....	VII
Introdução.....	1
1. As tendências internacionais atuais da tributação das sociedades	5
1.1 Conclusões do capítulo.....	10
2. A tributação do lucro das sociedades na Estónia: enquadramento legal	13
2.1 O ponto-chave da tributação.....	13
2.2 O alargamento da base tributável para a separação entre as esferas comercial e privada.....	14
2.3 O alargamento coercivo da base tributável.....	15
2.4 A taxa do imposto.....	16
2.5 Os sujeitos passivos.....	17
2.6 As obrigações principais.....	18
2.7 A tributação da distribuição na esfera dos beneficiários.....	18
2.8 Alguns exemplos mais comuns de tributação.....	19
2.9 Conclusões do capítulo.....	22
3. A visão geral da experiência internacional	25
3.1 A Macedónia.....	25
3.2 A Geórgia.....	27
3.3 A Letónia.....	30
3.4 A Ucrânia.....	32
3.4.1 O projeto de reforma do CIT.....	33
3.4.2 A situação atual na tributação das sociedades.....	33
3.4.3 Os benefícios da reforma proposta.....	34
3.4.4 As razões para o diferimento da reforma.....	35
3.5 Conclusões do capítulo.....	37
4. A tributação do lucro das sociedades na Estónia: enquadramento analítico	39
4.1 O futuro do imposto sobre o lucro distribuído na Estónia.....	39
4.2 A compatibilidade com o Direito da União Europeia.....	40
4.3 O melhor Código Fiscal na OCDE.....	44
4.4 Os princípios da política razoável da tributação das sociedades.....	48
4.4.1 Princípio da transparência.....	48
4.4.2 Princípio da estabilidade.....	48
4.4.3 Princípio da competitividade.....	49
4.4.4 Princípio da neutralidade.....	49
4.4.5 Princípio da simplicidade.....	50
4.4.5.1 Simplicidade da base tributável.....	51
4.4.5.2 Simplicidade do nível de tributação.....	51
4.4.5.3 Simplicidade na recuperação de custos de capitais.....	52
4.4.5.4 Simplicidade na recuperação de custos de inventários.....	53
4.4.5.5 Simplicidade na dedução de prejuízos fiscais.....	53
4.4.5.6 Simplicidade dos benefícios e incentivos fiscais.....	53
4.4.5.7 Simplicidade da integração do CIT e o PIT.....	54
4.4.5.8 Simplicidade da complexidade.....	55
4.5 A crítica do modelo estónio.....	56
4.6 O impacto da reforma.....	58
4.6.1 Ao nível empresarial.....	59
4.6.2 Ao nível do sistema fiscal.....	61
4.6.3 Ao nível da economia nacional.....	63
4.7 Conclusões do capítulo.....	70
5. A tributação das sociedades em Portugal	73
5.1 Conclusões do capítulo.....	79
Conclusões	81
Referências Bibliográficas	85